



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 08 e 09 DE JULHO DE 2021

1 Nos dias oito e nove de julho de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada
2 a 22ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram
3 presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia 08: Ailton Benedito de Souza (MPF);
4 Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL);
5 Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR); Eduardo Miranda Freire de Melo (SNPG/MMFDH);
6 Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura
7 Júnior (CONAM); Deputado Helder Salomão (Câmara dos Deputados – Minoria); Joselito de
8 Araújo Sousa (PF); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar
9 Scalabrin (ANAB); Luísa de Marillac Xavier dos Passos (CNPG); Marcelo Chalréo (OAB); Maria
10 das Graças Bezerra (ANCED); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo
11 Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard (MRE); Rogério Giannini (CFP);
12 Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami
13 Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).
14 Dia 09: Ailton Benedito de Souza (MPF); Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá
15 (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo
16 Guimarães dos Santos (UBM); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Everaldo Bezerra Patriota (OAB);
17 Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM); Karoline Aires Ferreira Vasconcelos
18 (SNPG/MMFDH); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Luísa de Marillac Xavier dos Passos
19 (CNPG); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Marcelo Chalréo (OAB); Mônica de
20 Alkmim Moreira Nunes (MNDH BRASIL); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rogério Giannini

21 (CFP); Romi Márcia Bencker (CONIC); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia
22 Dirami Berriel (CUT); Yuri Michael Pereira Costa (DPU). Ausências Justificadas: Márcia Regina
23 Ribeiro Teixeira (CNPJ).

24

25 **Abertura da 22ª Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente Yuri Michael
26 Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e
27 às pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. Registrou o agradecimento à
28 presença das interpretas de libras. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:**
29 Dando sequência, informou que o CNDH recebeu, no dia 28 de junho, a comunicação da ANCED
30 informando a alteração da sua representação, dando as boas-vindas a Sra. Maria das Graças
31 Bezerra. Realizada uma breve fala de apresentação pela Conselheira Maria das Graças Bezerra,
32 lembrou que também houve a informação da alteração das representações da SNP/MMFDH na
33 última reunião extraordinária, solicitando que se apresentem para que fossem dadas também as
34 boas-vindas. Realizada também a fala de apresentação pela Conselheira Karoline Aires Ferreira
35 Vasconcelos, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que a Sra. Domenica Bumma,
36 representante da União Europeia, também havia confirmado presença nesta reunião, porém,
37 observou que ainda não está presente. Em seguida, resgatou a alteração realizada na Coordenação
38 da Secretaria Executiva do CNDH, apresentando e dando as boas-vindas ao Sr. Ítalo Bruno Lima
39 Nonato. O Sr. Ítalo Bruno Lima Nonato realizou uma breve apresentação, colocando-se à
40 disposição para auxiliar todos os conselheiros. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa notificou
41 que a Mesa Diretora padronizou um tipo de comunicação de denúncias arquivadas a fim de que
42 sejam explicitadas a função do CNDH e as competências de outras entidades diretamente ligadas à
43 demanda. Acrescentou que foi deliberado que a pauta relacionada à afirmação do CNDH como
44 Instituição Nacional de Direitos Humanos – INDH ficará vinculada mais diretamente à Mesa
45 Diretora para centralizar a discussão. Ressaltou a realização de uma série de reunião com Tribunais
46 de Justiça do país referente à Resolução CNDH nº 10/2018 e relatou que a Mesa Diretora está
47 trabalhando em uma dinâmica com relação aos fluxos dos temas destacados que são debatidos às
48 quintas-feiras no período da tarde, explicando-a. Explanou que foi deliberado pela Mesa Diretora o
49 envio de *e-mails* às comissões para que possam sugerir possíveis atuações referentes ao racismo
50 estrutural até o dia 16 de julho. Abrindo para os informes dos conselheiros, o Conselheiro Eduardo
51 de Carvalho Mota registrou o seu retorno ao Conselho. O Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus

52 Vieira – Dinamam Tuxá registrou as agendas indígenas que estão tramitando no Congresso
53 Nacional, solicitando o apoio do CNDH para tornar públicas essas violações. A Conselheira Sandra
54 Maria da Silva Andrade arrazoou que a CONAQ está atuando junto aos estudantes universitários na
55 luta pela Bolsa Permanência, informando que será realizada uma incidência em Brasília/DF para
56 pautar essa questão. Solicitou que o CNDH elaborasse uma nota de apoio. O Presidente Yuri
57 Michael Pereira Costa salientou a importância dessa pauta e sugeriu que fosse elaborada uma
58 minuta de nota para discussão na Mesa Diretora. Registrou a presença da Sra. Domenica Bumma,
59 representante da União Europeia no Brasil, a qual manifestou sobre a importância de
60 acompanhamento das reuniões do CNDH. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que
61 até o momento não recebeu nenhuma sugestão de tema emergente para debate no turno da tarde
62 deste dia, questionando se havia algum tema e sugerindo dar sequência aos itens de pauta listados
63 caso não houver nenhuma indicação. O Vice-Presidente Darci Frigo sugeriu a inclusão das novas
64 pautas da sociedade civil no início da tarde, o que foi acatado, sendo que os demais itens serão
65 ajustados caso houver tempo hábil, respeitando os convidados. **Aprovação da Ata da 18ª Reunião**
66 **Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O
67 Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que a Secretaria Executiva realizasse a exposição
68 da Ata, questionando se haveria alguma observação a ser realizada. Não havendo observações, a
69 Ata foi aprovada por unanimidade, estando presentes: OAB, UNISOL Brasil, MNDH Brasil,
70 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA Brasil, MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, DPU,
71 PF, Câmara dos Deputados - Minoria. **Referendum de Notas Públicas do Conselho Nacional dos**
72 **Direitos Humanos - CNDH: (i) em repúdio à violação do Direito à Manifestação dos Povos**
73 **Indígenas do Brasil, ocorrida em Brasília/DF, em 16 de junho de 2021 - Processo SEI**
74 **00135.213410/2021-26:** Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
75 questionou se haveria alguma consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação,
76 sendo aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL
77 BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos Deputados – Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB,
78 DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU Abstenções: MMFDH, MRE. **Referendum de Notas**
79 **Públicas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH: (ii) de pesar sobre o**
80 **falecimento da Irmã Telma Lage - Processo SEI 00135.214052/2021-79:** Apresentada e
81 contextualizada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria
82 alguma consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por

83 unanimidade dos presentes: OAB, UNISOL BRASIL, MNDH BRASIL, CONAQ, APIB, CUT,
84 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF, Câmara dos
85 Deputados - Minoria. Sugestão de encaminhamento à Diocese de Boa Vista/RR e à Conferência dos
86 Religiosos do Brasil (aos cuidados da Irmã Inês). **Referendum de Notas Públicas do Conselho**
87 **Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; (iii) Nota Pública contra o avanço da legalização da**
88 **grilagem no Brasil - Processo SEI 00135.214990/2021-79 – Presidente Yuri Costa:**
89 Apresentada a referida Nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria alguma
90 consideração e não havendo, colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por maioria, com o
91 registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos
92 Deputados – Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP,
93 DPU. Abstenções: MMFDH, MRE. **Referendum da Manifestação do Conselho Nacional dos**
94 **Direitos Humanos (CNDH) à Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Senado**
95 **Federal (“CPI da Pandemia”) – Violações de Direitos Humanos no contexto de Pandemia pela**
96 **Covid-19 no Brasil - Processo SEI 00135.214331/2021-32 - Presidente Yuri Costa:** Apresentada
97 e contextualizada a referida Manifestação, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se
98 haveria alguma consideração. O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota observou que as fontes da
99 manifestação não foram abrangentes de forma a considerar todo o cenário existente,
100 exemplificando. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota salientou que a manifestação já foi
101 divulgada e não há como discutir questões relacionadas ao mérito. Finalizadas as considerações, o
102 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou a Manifestação em processo de votação, sendo
103 aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL,
104 MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, CFP, DPU, Câmara
105 dos Deputados - Minoria. Votos contrários: MMFDH, MRE. Abstenções: PF. O Conselheiro
106 Marcelo Chalréo compreendeu que caberia uma discussão sobre a nota encaminhada pelo
107 Ministério da Defesa a respeito da CPI da Covid-19 nos temas emergentes e o Presidente Yuri
108 Michael Pereira Costa registrou a sugestão, explicando que a retomará no início da pauta do período
109 da tarde para aprovação. **Retorno parcial das atividades presenciais no MMFDH, em 14 jun.**
110 **2021, “(...) com revezamento, respeitando os 30% do limite máximo da capacidade física de**
111 **cada setor, mantendo-se o distanciamento mínimo de um metro, uso obrigatório de máscara e**
112 **álcool em gel”. OFÍCIO-CIRCULAR N° 136/2021/GAB.SNPG/SNPG/MMFDH, de 30 de abril**
113 **de 2021) - Processos SEI 00135.205488/2021-77 e 00135.205493/2021-80 – Presidente Yuri**

114 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou uma breve contextualização sobre a
115 deliberação que aprovou o trabalho virtual dos colaboradores do CNDH, todavia, informou que foi
116 publicado um ofício da SNPG, em 14 de junho, determinando o retorno de 30% do limite máximo
117 da capacidade física de cada setor. Diante essa situação, o CNDH emitiu também um ofício
118 comunicando sobre a sua deliberação e explicando que permaneceria com essa suspensão até que
119 fosse realizada uma deliberação posterior do pleno. Relatou que essa questão foi debatida na Mesa
120 Diretora, a qual decidiu realizar o levantamento de informações adicionais sobre a situação atual da
121 pandemia no Distrito Federal e sobre a vacinação da equipe para apresentação ao pleno. O Sr. Ítalo
122 Bruno Lima Nonato apresentou uma breve síntese das informações recolhidas, explanando que foi
123 considerado como primordial a volta gradual do trabalho presencial apenas após serem atingidas as
124 seguintes condições: a) imunização completa de toda a equipe da Secretaria Executiva,
125 considerando um mês decorrido após a última dose da vacina aplicada; b) índices de controle
126 epidemiológicos da doença no Distrito Federal, com índice de contaminação inferior a 0,8 sem filas
127 para leitos de UTI e capacidade hospitalar abaixo de 70% por pelos menos 14 dias consecutivos.
128 Em seguida, expôs os seguintes dados coletados: 1. Situação atual da pandemia no DF
129 (07/07/2021): a) vacinação atualmente suspensa por idade até a chegada de novas doses. Previsão
130 de abertura de agendamento para pessoas com mais de 44 anos; pessoas com comorbidades,
131 gestantes e outros públicos específicos (que não contemplam a equipe): sem calendário de
132 vacinação por idade definido para a Unidade Federada; b) ocupação total de leitos de UTI no DF:
133 75% (InfoSaúde-DF): 98 pessoas aguardando leitos de UTI; c) taxa de transmissão de Covid-19
134 (ritmo de contágio) em 0,92 (Boletim Epidemiológico de 06/07/21); d) percentual de pessoas
135 vacinadas com a segunda dose no DF: 11,93% e percentual de pessoas vacinadas com a primeira
136 dose do DF: 34,8% (Fonte: Dados oficiais do Governo do DF em 07/07/21); 2. Situação de
137 trabalhadoras/es da Secretaria Executiva do CNDH: A equipe atualmente é formada por 15 pessoas,
138 entre as quais: a) 12 não tomaram nenhuma dose de vacina contra a Covid-19, b) duas pessoas
139 tomaram apenas a primeira dose, c) uma tomou o esquema completo, d) entre as 15 pessoas, nove
140 são (ou moram com) pessoas com comorbidades ou idosas e são responsáveis por crianças e
141 adolescentes e/ou são lactantes. Externadas todas as opiniões e manifestações e feitos os
142 esclarecimentos necessários, deliberou-se pela elaboração de ofício à SNPG comunicando a decisão
143 aprovada por unanimidade dos presentes no plenário (OAB, UNISOL Brasil, MNDH BRASIL,
144 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, CONIC, MMFDH, MRE, DPU,

145 PF, Câmara dos Deputados - Minoria) no sentido de manter o trabalho da Secretaria Executiva
146 100% remoto, com exceção de trabalhos pontuais nos quais sejam estritamente necessária à
147 presença física na sede (apenas um trabalhador por vez, para evitar o desrespeito ao distanciamento
148 social). No ofício devem constar as informações constantes no relatório produzido pela equipe.

149 **Designação de Deborah Duprat como consultora *ad hoc*. Escopo da consultoria: elaboração de**
150 **parecer jurídico sobre nomeação no cargo de Coordenador-Geral do Conselho Nacional de**
151 **Direitos Humanos, tomando como base os Princípios de Paris na consolidação de INDHs e a**
152 **NOTA n. 00056/2021/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU - Processo SEI 00135.209747/2021-39.**

153 **Prazo da consultoria: 60 dias – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
154 informou que os documentos relacionados ao tema estão incluídos no *drive*, explicando que a ideia
155 é realizar a indicação a Sra. Deborah Duprat como consultora *ad hoc* para elaboração do parecer
156 jurídico sobre nomeação no cargo de Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Direitos
157 Humanos, com prazo estabelecido de 60 dias. Não havendo manifestações, colocou em processo de
158 votação a designação de Deborah Duprat como consultora *ad hoc*, a qual foi aprovada por
159 unanimidade, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, UNISOL BRASIL, MNDH,
160 CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, CONIC, MMFDH, MRE, DPU,
161 PF, Câmara dos Deputados – Minoria. Antes de seguir para o próximo item de pauta, parabenizou o
162 trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para
163 continuidade do Observatório Parlamentar. **Apreciação da Recomendação Conjunta nº 01/2021**
164 **que os Conselhos de Direitos Humanos por meio da Rede Nacional de Conselhos de Direitos**
165 **Humanos recomendam ao Congresso Nacional a reprovação de proposta legislativa que**
166 **pretenda denunciar a Convenção 169 da OIT já internalizada no ordenamento jurídico**
167 **brasileiro – Presidente Yuri Costa - Processo SEI 00135.211718/2021-37:** Apresentada a
168 referida Recomendação Conjunta, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa questionou se haveria
169 alguma consideração. O Conselheiro Marcelo Chalhó ponderou que a Convenção possui caráter
170 supralegal, porém, não possui status de emenda constitucional como indicado no último
171 considerando da recomendação. Realizada a adequação da redação da Recomendação Conjunta, o
172 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, a qual foi aprovada por
173 maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: MMFDH, OAB, MRE, CNPG, PF,
174 UNISOL BRASIL, Câmara dos Deputados - Minoria, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC,
175 CONAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU. Abstenção: MPF. **Relato da Reunião do Grupo de**

176 **Trabalho sobre Proteção aos Direitos das Pessoas em Situação de Deslocamentos**
177 **Compulsórios – Conselheira Eneida Guimarães:** Diante a ausência da Conselheira Eneida
178 Guimarães, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que foi deliberada, na reunião
179 realizada no dia 30 de junho, a realização de mapeamento de todos os grandes empreendimentos
180 com impactos para conhecimento do pleno. **Relato da 8ª e 9ª Reunião do Grupo de Trabalho**
181 **constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que tem por**
182 **finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate aos Efeitos**
183 **da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas - Processo SEI nº**
184 **90790.001104/2020-27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo notificou
185 que o Grupo de Trabalho continua se reunindo, todavia, a reunião desta semana foi adiada para o
186 dia 14 de julho. Discorreu que há uma manifestação do Ministro Edson Fachin sobre os
187 quilombolas que possuem direito à vacina, a qual deixou várias famílias fora da vacinação.
188 Explicou que o Grupo dividiu as suas ações para acompanhamento das medidas referentes à vacina,
189 questão sanitária, território, alimentação e água. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade
190 complementou discorrendo que será apresentado um diagnóstico da vacinação nas comunidades
191 quilombolas na próxima reunião. **Relato da 24ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos**
192 **da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes;**
193 **Aprovação do Termo de Designação de Adriana Raquel Ferreira Costa Oliveira como**
194 **consultora *ad hoc* no prazo de 180 dias, para atuar na Missão Conjunta ao Estado do Pará,**
195 **definida nos termos da Reunião Extraordinária realizada em 09 de abril de 2021 - Processo**
196 **SEI nº 00135.202656/2021-72:** A Conselheira Vivian Oliveira Mendes relatou que a reunião foi
197 realizada no dia 28 de junho, na qual iniciaram os debates sobre ciclos temáticos com o
198 estabelecimento de um calendário de atividades. Arrazoou sobre o debate feito relacionado ao Tema
199 Encarceramento em Massa e a Política de Guerra às Drogas, realizado na última semana e sobre a
200 missão conjunta aprovada ao estado do Pará. Explanou que estão avançando na discussão da
201 resolução sobre o uso de armamento não letal e da força dentro do sistema penitenciário, destacando
202 a sugestão de realização de seminário para buscar estratégias para viabilização da resolução já
203 aprovada pelo CNDH em 2020. Seguindo, apresentou o Termo de Designação de Adriana Raquel
204 Ferreira Costa Oliveira como consultora *ad hoc* no prazo de 180 dias, para atuar na Missão
205 Conjunta ao Estado do Pará, definida nos termos da Reunião Extraordinária realizada em 09 de abril
206 de 2021. Realizados esclarecimentos sobre a qualificação da perita a pedido da Conselheira

207 Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, aprovou-se por unanimidade a designação de Adriana Raquel
208 Ferreira Costa Oliveira como consultora *ad hoc*, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL
209 BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR,
210 MMFDH, MPF, MRE, DPU, PF, Câmara dos Deputados - Minoria. **Relato da 4ª Reunião da**
211 **Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro Everaldo Patriota; Deliberação sobre a**
212 **Minuta de Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de funcionamento da**
213 **Comissão de Litigância Estratégica - Processo SEI nº 00135.214958/2021-93: O Conselheiro**
214 **Everaldo Bezerra Patriota** informou que a Comissão reuniu-se no dia 26 de junho e deliberou sobre
215 duas admissibilidades, além de discutir outras questões. Em seguida, apresentou a minuta de
216 Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de funcionamento da Comissão de
217 Litigância Estratégica. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa parabenizou pela elaboração da
218 minuta de resolução, abrindo a palavra para considerações. O Conselheiro Marcelo Chalréo
219 compreendeu que o art. 3º está restritivo, sugerindo incluir o termo “Sistemas Internacionais de
220 Proteção aos Direitos Humanos” para contemplar às demais instância que tratam do assunto, o que
221 foi acatado. A Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos observou que a proposta impacta
222 no funcionamento do CNDH, entendendo que deve ser encaminhada à Comissão de Regimento
223 Interno. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que não haveria necessidade de
224 encaminhamento à Comissão de Regimento Interno devido à especificidade do tema, ponderando
225 que colocará a questão em votação. Mantida a posição da conselheira, colocou em processo de
226 votação a apreciação da minuta pelo pleno nesse momento ou o encaminhamento à Comissão de
227 Regimento Interno, sendo aprovada por maioria apreciação pelo pleno, com o registro dos seguintes
228 votos favoráveis: OAB, MPF, CNPG, UNISOL BRASIL, PF, MNDH, Câmara dos Deputados -
229 Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, DPU. Votaram
230 pelo encaminhamento à Comissão de Regimento Interno: MMFDH, MRE. Em seguida, colocou em
231 processo de votação a minuta de Resolução relativa à composição, finalidade e estrutura de
232 funcionamento da Comissão de Litigância Estratégica, a qual foi aprovada por maioria, com o
233 registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, MPF, CNPG, MRE, UNISOL BRASIL, PF, MNDH,
234 Câmara dos Deputados - Minoria, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL,
235 MNMMR, DPU. Abstenção: MMFDH. **Relato e encaminhamentos da 3ª Reunião da Comissão**
236 **Permanente sobre Segurança Pública e Direitos Humanos – conselheiro Everaldo Patriota;**
237 **Deliberação sobre a realização de Audiência Pública: “15 anos dos Crimes de Maio:**

238 **Impunidade e os desafios para o enfrentamento ao racismo**”: O Conselheiro Everaldo Bezerra
239 Patriota informou que a Comissão reuniu-se no dia 30 de junho e discutiu sobre a Missão ao Rio de
240 Janeiro referente ao massacre na Comunidade de Jacarezinho e sobre o formato da Audiência
241 Pública “15 anos dos Crimes de Maio: Impunidade e os desafios para o enfrentamento ao racismo”
242 deliberada pelo pleno. Relatou que um Grupo de Trabalho está debruçado sob um documento de
243 recomendação sobre Política de Segurança Pública. Em seguida, apresentou o documento de
244 realização da Audiência Pública. O Vice-Presidente Darci Frigo externou a sua preocupação com os
245 conflitos existentes no interior do país, informando sobre o caso do Rio Abacaxis e sobre outros no
246 estado do Amazonas. Finalizadas as manifestações, aprovou-se por unanimidade a realização da
247 Audiência Pública, estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB,
248 CUT, FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, MNMMR, MMFDH, PGR, MRE, DPU, PF, Câmara dos
249 Deputados - Minoria. **Debate sobre tema estratégico “Violência e letalidade policial,**
250 **movimentos sociais e defensores/as de direitos humanos”, com fala do convidado Daniel**
251 **Hirata (Pesquisador e Professor UFF), debate e deliberações das/dos conselheiras/conselheiros**
252 **sobre formas de atuação do CNDH na pauta – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri
253 Michael Pereira Costa recebeu o convidado, agradecendo a sua presença. O Prof. Daniel Hirata
254 cumprimentou a todos e realizou uma breve exposição sobre o Tema “Violência e letalidade
255 policial, movimentos sociais e defensores/as de direitos humanos”, situando esse problema do ponto
256 de vista nacional e particularmente do estado Rio de Janeiro. Expôs o seu posicionamento em
257 relação ao momento atual da letalidade policial e os seus impactos para os defensores de direitos
258 humanos. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota agradeceu pela
259 explanação objetiva e registrou o descaso em relação à ADPF nº 635. Ponderou que a letalidade
260 policial não é um problema ideológico ou partidário, mas do cotidiano da vida. O Conselheiro
261 Joselito de Araújo Sousa afirmou que se sentiu bastante contemplado com a fala do convidado e
262 discorreu as perspectivas elencadas são pontos que devem integrar a pauta do CNDH, externando a
263 sua expectativa de contribuição mais efetiva da PF. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos
264 Passos entendeu que é muito importante que a omissão do Ministério Público em relação ao
265 controle externo da atividade policial seja compreendida como um problema, salientando a
266 necessidade de fortalecimento dos instrumentos dentro da perspectiva de diálogo permanente com a
267 sociedade. O Prof. Daniel Hirata observou que o problema não será resolvido sem uma grande
268 articulação dos vários atores envolvidos e entendeu que um dos grandes equívocos, que resultaram

269 nos problemas existentes, foram as discussões centradas apenas nas forças policiais quando se trata
270 de segurança pública. Intuiu que a letalidade policial pode ser reduzida com medidas bastante
271 simples e em curto prazo. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa percebeu que não há uma
272 estrutura organizada no Ministério Público para exercer a sua atribuição legal de controle externo da
273 atividade policial, salientando a necessidade de exigir o cumprimento dessa função com a
274 participação direta da sociedade. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin recordou o debate
275 realizado referente à segurança individual que ainda não é assegurada no país e apresentou alguns
276 exemplos de violência institucional contra determinadas populações. Destacou os problemas
277 relacionados à violência institucional privatizada e arrazoou sobre a extinção do Mecanismo de
278 Combate à Tortura, entendendo que o CNDH deve pensar que o local desse mecanismo é na INDH
279 para garantir a sua independência. Propôs o fim total de qualquer força que se intitule como
280 especial, uma vez que precisam de uma segurança pública com respeito aos direitos humanos. A
281 Conselheira Virgínia Dirami Berriel manifestou que devem combater o processo de ameaça e de
282 tortura com todas as organizações. O Prof. Daniel Hirata comentou que o problema da letalidade
283 policial não é exclusivo das favelas e nem do Rio de Janeiro, porém, observou que algumas
284 localidades têm mais visibilidades que outras. Alegou que a CPI das Milícias foi muito importante,
285 porém, não houve desdobramentos. Manifestou que o posicionamento do Ministério Público de
286 organização posterior do fluxo institucional de acompanhamento das operações policiais não é bom,
287 destacando que seria importante uma maior transparência com relação ao fluxo de informações para
288 que sociedade civil seja incorporada no controle democrático da atividade policial. A Conselheira
289 Mônica de Alkmim Moreira Nunes inferiu que a existência dos Conselhos de Direito de Segurança
290 Pública já é uma vitória, porém, registrou que existem poucos constituídos, salientando a
291 importância do debate sobre essa questão. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante arrazoou que a
292 Conferência Nacional de Direitos Humanos e Conferência Nacional de Segurança Pública em 2008
293 elaboraram propostas relacionadas à segurança pública que ainda são atuais, solicitando que o
294 convidado trabalhasse nessa perspectiva. A Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade
295 parabenizou pela iniciativa e relatou que juntos poderão reduzir a violência que tem atingindo a
296 minoria dos povos. O Prof. Daniel Hirata discorreu que a sociedade civil tem um grande
297 conhecimento acumulado sobre as violações dos direitos humanos que, muitas vezes, é desprezado.
298 Percebeu que os gastos relacionados aos direitos sociais no mundo estão caindo na mesma
299 proporção em que aumentam os gastos em segurança e comentou que é fundamental pensar em

300 maneiras de desmilitarizar as polícias. Não havendo mais intervenções, o Presidente Yuri Michael
301 Pereira Costa salientou a qualidade do convite, que trouxe muitas questões relevantes para reflexão,
302 inclusive, na atuação do CNDH, agradecendo a participação. **Retorno Reuniões Presenciais:** O
303 Vice-Presidente Darci Frigo relatou que a sociedade civil dialogou sobre a possibilidade de retorno
304 das reuniões presenciais do CNDH, uma vez que há bastante prejuízo na participação de
305 conselheiros, especialmente, daqueles que residem no interior do país. Discorreu que foi refletida
306 sobre a necessidade de iniciar um desenho dessa possibilidade na próxima reunião da Mesa Diretora
307 para melhorar a qualidade de trabalho e participação. Salientou que outra questão tratada foi a
308 questão do *referendum* de notas e manifestações dos CNDH e a necessidade de reduzir o número de
309 itens de pauta das reuniões, explanando que as reuniões centradas nos informes dos subcolegiados
310 não permite o aprofundamento de questões e de temas ligados aos direitos humanos. O Presidente
311 Yuri Michael Pereira Costa comentou que o *referendum* de notas e manifestações é direcionado à
312 votação, todavia, entendeu que pode haver a possibilidade de alguma consideração por ser um
313 documento que não foi apreciado pelo colegiado. Com relação à pauta, concordou que ainda está
314 extensa, mas com itens necessários, sugerindo que as comissões ponderem a natureza dos
315 documentos e informações a serem apresentadas. O Conselheiro Rogério Giannini compreendeu
316 que ainda é prematuro o retorno das reuniões presenciais, elencando dados da pandemia que
317 justificam a sua compreensão. Colocou como possibilidade nesse momento a criação de melhores
318 condições de acesso à *internet*. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que é
319 necessário pensar sobre a possibilidade de retorno presencial das reuniões e comprometeu-se em
320 pautar esse debate na Mesa Diretora com atenção as observações realizadas. A Conselheira Virgínia
321 Dirami Berriel explicou que foi debatida a possibilidade de retorno presencial futuro, considerando
322 todos os cuidados necessários. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota concordou com as
323 reflexões apresentadas e informou que o Senado Federal recebeu uma nota inadequada do Ministro
324 de Estado da Defesa e dos comandantes das Forças Armadas intimidando a CPI da Covid-19.
325 Sugeriu elaborar uma manifestação desse plenário repudiando esse ataque das Forças Armadas ao
326 funcionamento de um órgão do Congresso, que está previsto na Constituição Federal. O Sr. Ítalo
327 Bruno Lima Nonato comunicou que o prédio em que situa a Secretaria Executiva do CNDH passa
328 por higienização e sanitização aos sábados e há disponibilização de álcool em gel. O Presidente
329 Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que o assunto da possibilidade do retorno presencial das
330 reuniões do Conselho seja pautado em reunião da Mesa Diretora, sendo que qualquer deliberação

331 complexa será submetida ao pleno para deliberação. Não havendo oposição à proposta apresentada,
332 compreendeu que é muito relevante e preocupante a questão colocada pelo Conselheiro Everaldo
333 Bezerra Patriota, concordando com a necessidade de elaborar uma manifestação do CNDH centrada
334 na defesa da democracia e dos direitos humanos. Não havendo considerações, colocou em processo
335 de votação a necessidade de manifestação do CNDH sobre a Nota das Forças Armadas relativa aos
336 desdobramentos da CPI sobre a Covid-19, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes:
337 OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB, DHESCA
338 BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin lembrou sobre
339 a solicitação do Supremo Tribunal Eleitoral para manifestações sobre o voto eletrônico
340 encaminhada pela Mesa Diretora, informando que tentará elaborar uma nota para remeter à Mesa. O
341 Presidente Yuri Michael Pereira Costa observou que não há oposição em relação à elaboração da
342 nota, sendo que a Mesa Diretora ficará responsável pela avaliação e aprovação do texto assim que
343 for apresentado. Consensuada a antecipação de alguns itens de pauta do segundo dia de reunião,
344 passou-se ao **Relato da Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Serviço de Avaliação e**
345 **Acompanhamento e Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em**
346 **Conflito com a Lei (EAP):** O Conselheiro Rogério Giannini registrou que não há relatos a serem
347 realizados, uma vez que não houve reunião da Comissão no intervalo de tempo entre essa e a última
348 reunião do CNDH. **Relato da 2ª Reunião da Comissão Especial sobre Direitos Humanos e**
349 **Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio Vargas:** O Conselheiro Rogério Giannini
350 informou sobre a realização de seminário no dia 19 de julho, das 14h às 18h, no qual serão
351 trabalhadas as análises e os levantamentos de informações sobre a pandemia. O Presidente Yuri
352 Michael Pereira Costa reforçou o convite para participação das reuniões ordinárias da Comissão e
353 de seus eventos. O Conselheiro Rogério Giannini elucidou que solicitaram auxílio da equipe de
354 comunicação do Conselho Federal de Psicologia devido às dificuldades técnicas de transmissão,
355 destacando que o seminário será transmitido pelas redes sociais do CNDH. **Relato da 11ª Reunião**
356 **do Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro**
357 **Leandro Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin informou que o Grupo de Trabalho
358 não se reuniu no período em que ficou afastado do CNDH, todavia, realizou uma reunião junto à
359 Comissão, na qual definiu alguns casos para realização de missões (Rio Doce, Barcarena, Pará).
360 Apresentou a proposta de realização de algumas missões presenciais com a perspectiva de serem
361 realizadas em 2022 e notificou sobre o recebimento do produto da consultoria realizada pela

362 Deborah Duprat e Carlos Mareas referente ao processo de suspensão do juiz que conduz todos os
363 processos de indenização em relação ao Rio Doce com violações de direitos humanos. **Relato e**
364 **encaminhamento da 31ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas,**
365 **dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por**
366 **Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em**
367 **Conflitos Fundiários – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Ayala Lindabeth Dias**
368 **Ferreira; Conselheiros Leandro Scalabrin e Dinamam Tuxá: O Conselheiro Leandro Gaspar**
369 Scalabrin relatou que a Comissão discutiu sobre a necessidade de realizar um trabalho sobre o
370 racismo institucional, entendendo que a Audiência Pública sobre as Situações das Violações dos
371 Direitos Humanos das Comunidades Quilombolas em relação aos seus direitos territoriais, junto
372 com a ADPF nº 742, seria uma ação estrutural da Comissão. Manifestou que estão propondo
373 realizar essa audiência no dia 24 de agosto, em horário a definir, para que a Comissão apresente
374 uma proposta concreta de realização da audiência temática ao plenário posteriormente. Explanou
375 que foi aprovado um texto sobre o Projeto de Lei 490/2007, solicitando a sua apresentação. O
376 Conselheiro Antônio Fernandes de Jesus Vieira – Dinamam Tuxá contextualizou e apresentou a
377 proposta de Recomendação ao Congresso Nacional o arquivamento do Projeto de Lei 490/2007 e
378 seus apensos, em virtude de sua flagrante inconstitucionalidade, inconveniência e vícios
379 formais. Não havendo considerações em relação a recomendação, o Presidente Yuri Michael Pereira
380 Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, com o registro dos
381 seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT,
382 FNDC, ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. Dando sequência ao relato, o
383 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin destacou que todas as manifestações do CNDH referente aos
384 povos indígenas são ações concretas contra o racismo estrutural nas instituições e sociedade.
385 Informou sobre a proposta do Conselheiro Marcelo Chalhó de recriação do Grupo de Trabalho para
386 monitoramento da Resolução CNDH nº 18/2020 e continuar as ações de incidência junto às
387 instituições, explanando que foi ponderado sobre a questão de restrição para a criação de grupos de
388 trabalho, porém, os integrantes do antigo Grupo de Trabalho argumentaram que não seria um
389 empecilho para o desenvolvimento das suas ações a não disponibilização de equipe da Secretaria
390 Executiva. Apresentada a proposta de resolução que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho
391 concernente à Recomendação nº 18, de 20 de dezembro de 2020 do Conselho Nacional dos Direitos
392 Humanos, objetivando dar curso ao estipulado na referida Recomendação, notadamente quanto à

393 interlocução com instituições, órgãos e entidades do sistema de justiça, das esferas administrativas
394 do sistema penitenciário e demais relacionadas na sobredita Recomendação, visando concretizar os
395 direitos dos indígenas concatenados na Resolução nº 287 do Conselho Nacional de Justiça e
396 respectivo Manual de orientação. Não havendo considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira
397 Costa colocou em processo de votação a referida resolução, a qual foi aprovada por unanimidade,
398 estando presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC,
399 ANAB, DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. Prosseguindo, o Conselheiro Leandro
400 Gaspar Scalabrin contextualizou e apresentou a proposta de recomendação que dispõe sobre
401 violações das Diretrizes de Empresas Multinacionais OCDE e dos Princípios de Empresas e
402 Direitos Humanos, de Direito a consulta, prévia, livre e informada; acesso à informação relativo aos
403 quilombolas atingidos pelo Rompimento da Barragem de Córrego do Feijão em Minas Gerais e do
404 Relatório sobre a Situação dos/as Quilombolas Atingidos/as pelo Rompimento da Barragem de
405 Córrego do Feijão em Minas Gerais. Abrindo para considerações, o Vice-Presidente Darci Frigo
406 questionou sobre o recebimento da manifestação sobre a imparcialidade do sistema judiciário dos
407 consultores *ad hoc* sobre essas situações. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin esclareceu que
408 receberam as manifestações referentes ao caso do Rio Doce, ponderando que a ideia é trazer o
409 parecer da Deborah Duprat em forma de resolução. Solicitou que fosse marcada uma audiência com
410 o Presidente do CNJ para discussão e inclusão na próxima reunião do Observatório dos Direitos.
411 Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de
412 votação a referida proposta de recomendação, a qual foi aprovada por unanimidade, estando
413 presentes: OAB, CNPG, UNISOL BRASIL, MNDH, CONAQ, APIB, CUT, FNDC, ANAB,
414 DHESCA BRASIL, CFP, MMFDH, MRE, DPU, PF. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin
415 relatou que a Comissão adotou a realização das reuniões bimestrais e houve a reflexão da
416 necessidade de realizar uma redistribuição das denúncias. Informou que os estados de Rondônia e
417 de Tocantins têm enviado várias denúncias de violências institucionais referente a despejos e
418 grilagem, solicitando auxílio das demais instâncias para dar encaminhamento a essas denúncias.
419 **Informes e deliberações da Comissão de Monitoramento e Ações na Implementação das**
420 **Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos – Vice-Presidente Darci Frigo:** O
421 Vice-Presidente Darci Frigo comunicou que a Comissão está avançando na construção do seminário
422 com a União Europeia sobre INDH entre os meses de outubro e novembro de 2021. O Conselheiro
423 Leandro Gaspar Scalabrin observou que o CNDH possui uma conformação institucional na qual é

424 um órgão auxiliar do MMFDH e compreendeu que seria importante ter conhecimento do
425 entendimento da DPU sobre INDH. Discorreu que a resolução sobre os Conselhos Estaduais de
426 Direitos Humanos que será aberta à consulta pública também implica nessa discussão sobre INDH.
427 O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concordou que o CNDH deve fazer um diálogo com a
428 DPU referente a esse tema, colocando-se à disposição para convidá-la. Dando sequência, o Vice-
429 Presidente Darci Frigo relatou que há um indicativo de reunião da subcomissão com o MRE,
430 MMFDH e sociedade civil para tratar sobre o monitoramento da política externa de direitos
431 humanos. **Relato da 16ª Reunião da Subcomissão Permanente de Políticas de Drogas e Saúde**
432 **Mental – Conselheiro Rogério Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini lembrou que a
433 Comissão encaminhou à Mesa Diretoria e à Comissão de Litigância Estratégica a solicitação de
434 inclusão do Conselho como amigo da corte na ação da DPU referente à normativa do CONADE
435 que regulamentou a internação de adolescentes em comunidades terapêuticas, a qual entrará em
436 vigor a partir do dia 24 de julho. **Conclusão do 1º dia da 22ª Reunião Extraordinária do CNDH -**
437 **Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à
438 participação de todos, encerrando o 1º dia de reunião. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião**
439 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
440 iniciou o 2º dia de reunião cumprimentando a todos e desejando boas-vindas aos conselheiros e às
441 pessoas que estão acompanhando a reunião pelas redes sociais. **Informes e orientações gerais –**
442 **Presidente Yuri Costa:** Informou que reforçou com a coordenação da Secretaria Executiva a
443 necessidade de fazer uma última revisão dos documentos aprovados pelo CNDH para que de fato
444 sejam publicados. Com relação à elaboração de uma nota pública do que se refere a manifestação
445 do Ministro da Defesa e do Comando das Forças Armadas, notificou que o texto foi redigido e será
446 apreciado durante a reunião. Explanou que alguns itens de pauta deste dia foram apreciados no
447 período da tarde do primeiro dia de reunião, esclarecendo que seguirá a ordem originalmente
448 prevista dos demais itens e as comissões com convidados terão prioridade. Antecipado o **Relato e**
449 **encaminhamentos da 17ª Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à**
450 **Educação e à Seguridade Social – Conselheira Virgínia Berriel; e convidados Paulo Borile**
451 **(sobre denúncia de homofobia na BASF), Alessandro Trindade (sobre liberdade sindical) e**
452 **Deyvid Bacelar (sobre liberdade sindical):** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel contextualizou
453 os ataques sofridos pelos dirigentes sindicais lotados em empresas públicas devido ao processo de
454 reforma administrativa, especialmente, daqueles lotados na Petrobrás. Passando à palavra, o Sr.

455 Deyvid Bacelar relatou sobre as perseguições e demissões dos dirigentes sindicais, trabalhadores
456 grevistas ou limitantes que atuam na Comissão Interna de Acidentes pela Petrobrás, intensificadas
457 nos governos Temer e Bolsonaro. Destacou a demissão por justa causa do Sr. Alessandro Trindade
458 pela distribuição de cestas básicas durante o período de pandemia para uma ocupação situada em
459 um terreno da Petrobrás. O Sr. Alexandre Trindade salientou a intensificação dos ataques aos
460 movimentos sindicais no governo Bolsonaro e explanou que está sendo punido pelo simples fato de
461 ser solidário. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel informou que, diante essa situação, foi
462 elaborada uma proposta de recomendação acerca da promoção da liberdade de atuação dos
463 dirigentes e representantes sindicais no âmbito das empresas que atuam no território nacional e, em
464 particular, à Petrobrás S.A. e empresas subsidiárias, bem como a adoção de medidas de repressão a
465 condutas antissindicais. Apresentada a proposta, foram acatadas as seguintes alterações: 1)
466 substituição do termo “canal de denúncias” por “canal de comunicação” na segunda recomendação
467 à Secretaria de Trabalho e Emprego; 2) finalização da segunda recomendação imediatamente após a
468 palavra “Petrobrás S.A.”; 3) inclusão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos na
469 recomendação ao Comitê de Liberdade Sindical vinculado à Organização Internacional do
470 Trabalho; 4) inclusão de recomendação ao ponto focal no Brasil da OCDE para que instaure
471 procedimento para analisar a inobservância das suas diretrizes para empresas multinacionais
472 relativas à liberdade sindical. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira
473 Costa colocou em processo de votação a proposta de recomendação com as alterações realizadas, a
474 qual foi aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG,
475 MNDH, CONAQ, APIB, UBM, CUT, ANAB, CFP, ABGLT, FNDC e DPU. Abstenção: MRE.
476 Dando sequência, a Conselheira Virgínia Dirami Berriel discorreu que sobre o caso de homofobia
477 ocorrido na BASF, passando a palavra ao convidado. O Sr. Paulo Borile apresentou o histórico de
478 diversos atos de homofobia de sua chefia e colegas de empresa e sobre os diversos danos sofridos
479 após a celebração da sua união estável com o seu atual esposo. Relatou que está processando a
480 empresa na esfera trabalhista e entrou com um processo na Secretaria de Diversidade de São Paulo.
481 A Conselheira Virgínia Dirami Berriel destacou o auxílio na elaboração da proposta de Nota
482 Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o caso de homofobia contra empregado
483 da empresa BASF. Realizada a sua leitura, foram acatadas as seguintes alterações: 1) substituição
484 do termo “enfrentasse” por “enfrentar” e do termo “combatesse” por “combater”; 2) alteração da
485 espécie do documento para recomendação; 3) encaminhamento formal à Embaixada da Alemanha e

486 à Organização Internacional de Trabalho – OIT; 3) inclusão da seguinte redação ao final da
487 recomendação: “*Manifesta sua solidariedade ao cidadão Paulo Henrique Borile Alves em vista da*
488 *situação de homofobia da qual foi vítima; e recomenda à empresa BASF que reveja os*
489 *procedimentos adotados neste caso de Paulo Henrique Borile Alves, garantindo de maneira efetiva*
490 *os direitos do trabalhador e lhe reparando todos os danos causados; que adote uma política de*
491 *combate ao racismo e à homofobia no âmbito da empresa, providenciando a responsabilização*
492 *administrativa de casos apurados, bem como criando ambiente de trabalho favorável à convivência*
493 *saudável com a diversidade.*”. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael Pereira
494 Costa colocou em processo de votação a proposta de recomendação com as alterações realizadas, a
495 qual foi aprovada por unanimidade, com os registros dos seguintes votos favoráveis: MMFDH,
496 OAB, MRE, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC, ANAB, CFP, ABGLT, CONIC, DPU.

497 **Informes e deliberações da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e**
498 **Enfrentamento da Violência Política na *Internet* – Conselheira Elisabeth Villela Costa e**
499 **convidado Artur Romeu (Repórteres Sem Fronteiras):** A Conselheira Elisabeth Villela Costa
500 solicitou ao convidado que realizasse o relato do trabalho do Grupo de Trabalho. O Sr. Artur
501 Romeu apresentou um breve histórico da criação e dos objetivos do Grupo de Trabalho sobre
502 Direitos Humanos e Enfrentamento da Violência Política na *Internet* e explicou sobre a definição do
503 seu escopo de trabalho. Salientou que a ideia é trabalhar em estudos de casos específicos
504 envolvendo episódios emblemáticos de violência política *online* contra atores da sociedade para
505 publicação de relatório a ser apresentado ao plenário no início do próximo exercício. Explanou que
506 foram identificados dois recortes para produção desse estudo, sendo o primeiro, o contexto da
507 pandemia e a perseguição de pesquisadores/as, médicos/as, jornalistas e ativistas e o segundo, o
508 contexto eleitoral de 2022. Informou que o Grupo de Trabalho está trabalhando atualmente em uma
509 rodada de consultas a organizações da sociedade civil para aprofundamento dos casos. Também está
510 sendo pensada a realização de uma audiência pública para novembro/2021 com o propósito de
511 coletar informações para o relatório. A Conselheira Elisabeth Villela Costa acrescentou que, além
512 do debate do GT, existem iniciativas para o retorno da tramitação da lei das *fakes news* e para
513 alteração do código eleitoral. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos compreendeu
514 que o trabalho do GT é muito importante para disseminação das informações e colocou a Comissão
515 da Mulher à disposição para contribuir. Finalizados os itens de pauta com a presença de convidados,
516 passou-se aos **Informes de deliberações da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos**

517 **Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento**
518 **ao Racismo – Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da**
519 **Silva Souza e Conselheiro Paulo Mariante:** O Conselheiro Paulo Tavares Mariante informou que
520 a Comissão não se reuniu entre essa e a última reunião do CNDH, ponderando que a próxima
521 reunião preparará algumas questões referente ao pleno seguinte. **Relato da 8ª Reunião da**
522 **Comissão Especial sobre Participação Social – Conselheira Mônica Alkmim:** A Conselheira
523 Mônica de Alkmim Moreira Nunes elencou os presentes e relatou que foram definidos os seguintes
524 encaminhamentos: realização de Encontro Nacional de Debate sobre a Democracia nos Espaços de
525 Participação Social; realização de tratativas para apresentação de consultoria *ad hoc* para
526 levantamento dos espaços de participação social conforme Eixo Orientador nº 1 do PNDH-3; e
527 realização de reuniões bimestrais da Comissão. Retomando o **Relato e encaminhamentos da 17ª**
528 **Reunião da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social –**
529 **Conselheira Virgínia Berriel:** A Conselheira Virgínia Dirami Berriel acrescentou que a Comissão
530 também optou pela realização de reuniões bimestrais, destacando que a próxima será realizada no
531 dia 3 de setembro. Informou que estão sugerindo o resgate das discussões relacionadas à missão
532 referente às casas dos trabalhadores bolivianos, para que possam analisar as condições desses
533 trabalhadores nesse momento. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou a permissão para
534 incluir, nesse momento, a apreciação da Nota Pública em repúdio à postura ameaçadora,
535 inconstitucional e antidemocrática em manifestação das Forças Armadas contra o Poder Legislativo
536 Federal. Realizada a sua leitura pelo Conselheiro Marcelo Chalhó, foram realizadas algumas
537 adequações redações e ortográficas. Não havendo mais considerações, o Presidente Yuri Michael
538 Pereira Costa colocou em processo de votação a proposta de Nota Pública, a qual foi aprovada por
539 maioria, com os seguintes votos favoráveis: OAB, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT, FNDC,
540 ANAB, ABGLT, CFP, CONIC, DPU. Abstenção: MRE. O Conselheiro Marcelo Chalhó sugeriu
541 que a referida nota também fosse encaminhada ao Ministério da Defesa e à Presidência do Senado e
542 da Câmara, o que foi aprovado. **Relato da 22ª Reunião da Comissão Permanente de Direito**
543 **Humano à Alimentação Adequada – Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio
544 Vargas de Moura Júnior informou que a Comissão tem se reunido bimestralmente, ponderando que
545 focaram no acompanhamento da ADPF da Alimentação Adequada em que o CNDH ingressou
546 como amigo da corte e na contribuição na construção da Conferência Popular sobre Alimentação
547 Adequada na última reunião. Em seguida, apresentou a proposta de Recomendação sobre o

548 fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Adequada Escolar (PNAE) para
549 apreciação. Realizada a inclusão, na recomendação, do governo municipal representadas pela Frente
550 Nacional dos Prefeitos - FNP, Confederação Nacional dos Municípios - CNM e Associação
551 Brasileira de Municípios – ABM e não havendo mais nenhuma consideração, o Presidente Yuri
552 Michael Pereira Costa colocou-a em processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, com os
553 registros dos seguintes votos favoráveis: OAB, MRE, CNPG, MNDH, CONAQ, UBM, CUT,
554 FNDC, ANAB, CFP, ABGLT, CONIC e DPU. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior
555 comunicou que a Comissão Permanente de Direitos à Cidade não realizará nenhum relato, uma vez
556 que ainda não conseguiram concluir a recomendação sobre os despejos administrativos.

557 Deliberações da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão
558 – Conselheira Elisabeth Villela Costa: A Conselheira Elisabeth Villela Costa informou que a
559 Comissão tem se reunido bimestralmente e fazendo reuniões setoriais de pequenos grupos durante
560 esse período. Explanou que o Plano de Trabalho está sendo atualizado por meio da incorporação de
561 algumas questões ainda não contempladas, como a aprovação da lei que permite o acesso à *internet*
562 de professores e alunos das escolas públicas. Apresentou, para conhecimento, o pedido de
563 informação em relação aos critérios utilizados para retirar as publicações do *Instagram/Facebook*
564 referente à chacina de Jacarezinho/RJ e ao rapaz negro acusado de roubar uma bicicleta no
565 Leblon/RJ. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa compreendeu que não há necessidade de uma
566 deliberação do CNDH referente à solicitação, uma vez que as comissões possuem autonomia de
567 solicitar às informações necessárias. Não havendo considerações, a Conselheira Elisabeth Villela
568 Costa acrescentou que a Comissão também está realizando o acompanhamento da exposição de
569 crianças e menores nos programas policialescos. **Relato da 13ª Reunião do Grupo de Referência**
570 do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos – Conselheira Eneida Guimarães: A
571 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos apresentou o calendário do fluxo de construção
572 da Resolução Conjunta sobre Diretrizes para o Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos
573 à Luz dos Princípios de Paris para conhecimento do pleno. Explicou o fluxo de construção,
574 destacando que o documento será submetido ao plenário do CNDH para aprovação no dia 07 e 08
575 de outubro. Em seguida, apresentou o Documento Base do Pacto Nacional dos Conselhos de
576 Direitos Humanos, aprovado durante o Encontro Nacional de Direitos Humanos, em novembro de
577 2017 e a Proposta de Minuta em Elaboração - Resolução nº 001/2021 Diretrizes para o
578 Fortalecimento dos Conselhos de Direitos Humanos. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos

579 Passos parabenizou o trabalho da Comissão, destacando que é fundamental para que possam ter
580 controle social dos direitos humanos. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin também
581 parabenizou pelo trabalho e salientou a importância de espelhar as discussões já realizadas sobre
582 INDH nessa resolução. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos compreendeu que
583 podem analisar qual será o melhor momento para que essa questão seja trabalhada, uma vez que não
584 possui autorização para modificar o calendário. Diante esse esclarecimento, o Conselheiro Leandro
585 Gaspar Scalabrin sugeriu encaminhar um lembrete aos conselheiros sobre o prazo de contribuição,
586 destacando o prazo final. A Conselheira Luísa de Marillac Xavier dos Passos propôs a realização de
587 um momento único conjunto para debater essa resolução entre o CNDH e os demais conselhos para
588 garantir a participação e resolver as questões pendentes. Externadas todas as opiniões e
589 manifestações, foi consensuado o envio de lembrete do prazo final de contribuição para Resolução
590 Conjunta aos conselheiros, sendo que o documento será debatido no Encontro Nacional e em
591 seguida como item de pauta no pleno dos dias 08 e 09 setembro/2021. **Relato dos**
592 **encaminhamentos da 6ª Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento Interno do**
593 **Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael
594 Pereira Costa apresentou o pedido da Comissão de prorrogação do prazo para conclusão dos seus
595 trabalhos por mais 60 dias, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. Explicou que essa
596 prorrogação será publicada em resolução. **Conclusão e Encerramento da 22ª Reunião**
597 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
598 registrou o seu agradecimento à participação de todos, finalizando a reunião.